

Relatório Gerencial

ANÁLISE DO PRIMEIRO
SEMESTRE DE 2021

JULIA SANT'ANNA

Secretária de Estado de Educação

Introdução

O presente documento tem por escopo apresentar ao Poder Legislativo, por meio de suas comissões, relatório de gestão da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, com os temas que serão enfatizados na reunião intitulada: assembleia fiscaliza referente ao 1º semestre de 2021. O objetivo desta edição é obter esclarecimentos sobre a gestão das Secretarias de Estado em 2021, com destaque para as ações adotadas no enfrentamento à pandemia de Covid-19, bem como para o planejamento da retomada das atividades rotineiras.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (DPD) – RQC

6.507/2020

Educação Especial

Atendimento escolar dos alunos com deficiência em 2021.

Os profissionais de atendimento educacional especializado da rede estadual de ensino estão presentes no dia a dia dos alunos durante o ensino remoto. Por meio de chamadas telefônicas, ligações de vídeo e recados enviados junto com as adaptações dos Planos de Estudos Tutorados (PETs) e das atividades complementares, os educadores dão o suporte necessário para a realização das atividades.

O trabalho dos professores que atuam na Educação Especial consiste em realizar as adaptações curriculares para que o estudante da educação especial pública possa ter acesso aos materiais previstos no currículo. Esse profissional trabalha de forma colaborativa com os professores regentes.

Durante o Regime de Estudo não Presencial, implementado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) em decorrência da pandemia de covid-19, este trabalho conjunto se fortaleceu ainda mais: os professores estão trabalhando de forma colaborativa, no sentido de fazer com que o conteúdo que o professor regente está ensinando chegue ao aluno público da Educação Especial. Outra colaboração importante está relacionada com as famílias dos estudantes. Os professores estão em contato próximo e desenvolveram diferentes estratégias, como ligações para as famílias e orientações.

Profissionais de Educação Básica

Apuração e providências sobre vazamentos de informações de bancos de dados funcionais de servidores da rede estadual de educação em site de instituição privada parceira da SEE.

Em relação ao arquivo digital que circulou nas redes sociais em 13 de maio, a Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG) reforça que observa estrito rigor à segurança de dados e está trabalhando em conjunto com seu parceiro técnico para identificar as possíveis causas e responsáveis pela circulação do arquivo e que serão adotadas providências de acordo com o que for apurado. No entanto, esclarece que a lista se limita a citar nomes dos professores da rede, informação já divulgada no portal de transparência do governo do estado, e seus respectivos acessos semanais ao Conexão Escola 2.0, que corresponde a parcela do trabalho desenvolvido pelos professores na educação remota. A parceria com o Instituto Unibanco é regida por Termo de Colaboração publicado em agosto de 2019 e está em total consonância com os requisitos legais, prevendo inclusive a proteção de dados.

Planejamento para nomeação dos aprovados em concurso para os cargos de especialista em educação básica e professor de educação básica, referente ao edital nº 07/2017, prorrogado até 2022 e realização de novos concursos.

No segundo semestre de 2019, a Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG) publicou no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, as nomeações de profissionais aprovados em concursos públicos para atuação nas escolas estaduais mineiras. Ao total, foram 2.655 (duas mil, seiscentas e cinquenta e cinco) para o cargo de Professor de Educação Básica – PEB, 256

(duzentas e cinquenta e seis) para o cargo Especialista em Educação Básica – EEB e 03 (três) para o cargo de Assistente Técnico em Educação Básica – ATB.

Em março de 2020, a Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG) publicou mais 1.000 (mil) aprovados para o cargo de Professor de Educação Básica – PEB para atuação na rede estadual de ensino. Este foi o primeiro lote de nomeações publicadas no ano de 2020. As nomeações são referentes ao Edital nº 07/2017 e contemplam vagas em municípios de todas as 47 (quarenta e sete) Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais (SREs).

Em janeiro de 2021, mais mil profissionais foram nomeados para atuar na rede estadual de ensino. A publicação marca a retomada das nomeações que estavam suspensas após o decreto de calamidade pública instituído devido à pandemia da Covid-19. Ao todo, foram nomeados 600 profissionais para o cargo de Professor de Educação Básica (PEB) de diferentes disciplinas e 400 para o cargo de Especialista em Educação Básica (EEB).

Dessa forma, a SEE/MG já nomeou, desde o início da gestão, 4.900 servidores para atuarem na rede estadual, em cinco lotes de nomeações. O primeiro deles ocorreu em agosto de 2019, quando foram feitas mil nomeações. Ainda no mesmo ano, em outubro, outros dois lotes de chamamento dos aprovados em concurso foram realizados. Já em março de 2020 foi publicado um novo lote de nomeação. O quinto lote se refere ao publicado em 19/01/2021.

É relevante destacar que o Governo de Minas Gerais prorrogou até 2022 o prazo de validade do concurso para os cargos de especialista em educação básica e professor de educação básica, referente ao edital nº 07/2017, da SEE/MG. Com essa medida de extensão do prazo, a

Secretaria garante a continuidade da política de nomeação dos servidores que vem sendo adotada desde o início da gestão

Regime de Estudos não Presenciais em 2021

Balanço dos resultados da realização da avaliação diagnóstica aplicada aos alunos da educação básica no primeiro até abril/2021

Em 2021, serão realizadas quatro avaliações de aprendizagem para acompanhamento da evolução dos estudantes. Os estudantes realizarão os testes de três formas distintas: via aplicativo Conexão Escola 2.0 (com navegação patrocinada); via web para estudantes com acesso à internet e; de maneira impressa, para estudantes sem acesso à internet.

A Avaliação Diagnóstica foi aplicada entre os dias 15/03/21 e 16/04/21 para estudantes do segundo ano do Ensino Fundamental ao terceiro ano do Ensino Médio. Os últimos lançamentos de dados da Avaliação Diagnóstica 2021 informam uma participação preliminar de mais de 1 milhão de estudantes da rede que realizaram todos os cadernos de testes previstos na avaliação. A previsão de disponibilização dos resultados completos é para o dia 08 de julho de 2021.

No dia 07/6 foi iniciada a aplicação da Avaliação Trimestral, atividade destinada a estudantes a partir do 2º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio, além das turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e correção de fluxo. Os exames estão disponíveis até o dia 02/07, no formato on-line, via aplicativo Conexão Escola 2.0 e web, e também de forma impressa para quem não tem acesso à internet. A prova, aplicada durante o Regime de Estudo não Presencial, pretende fornecer subsídios ao professor para constatar se os objetivos de ensino estabelecidos foram atingidos. A previsão é de que sejam avaliados 1,7

milhões de estudantes. Destes, 24,2% dos estudantes já iniciaram os testes e 10,4% já finalizaram todos os cadernos de teste disponíveis.

Estratégias para realização de busca ativa nas escolas estaduais, como forma de combater e prevenir a evasão escolar no contexto da oferta do ensino remoto.

Em 2020, por meio do trabalho de busca ativa, conseguimos retornar 30 mil estudantes para a sala de aula. Em 2021, avançamos ainda mais nesse esforço com 43.606 alunos que haviam perdido o contato com a escola e retomaram as atividades. Foram alvo da Busca ativa:

- estudantes matriculados em 2020 em escolas que não oferecem o ano subsequente de escolaridade e que não haviam se matriculado em 2021;
- estudantes matriculados em 2020 e que se enquadram nos critérios do Reforço 2021 e que não haviam se matriculado em 2021;
- estudantes matriculados em 2021 que não haviam recebido o PET 1.

Educação Básica - Ensino Fundamental

Proposta de municipalização dos anos iniciais do ensino fundamental, por meio de adesão dos municípios ao Projeto Mãos Dadas, considerando-se as variáveis relacionadas ao perfil dos municípios e das escolas, a participação das comunidades escolares nos processos de decisão, o impacto orçamentário, a organização da rede física e outros fatores relevantes nos processos de municipalização.

O Projeto Mãos Dadas se baseia na cooperação mútua entre Estado e Municípios para o desenvolvimento do ensino público no município, conforme previsto no art. 211 da Constituição da República e no art. 10, II da Lei de Diretrizes e Bases da Educação- Lei Nº 9.394/1996, e tem como objetivo fortalecer o município, por meio de investimentos robustos de infraestrutura e apoio pedagógico, a fim de proporcionar condições adequadas para a rede municipal de ensino absorver a demanda de alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

O projeto beneficiará o Estado, os municípios e a comunidade escolar:

- Eleva a qualidade da educação, promove o crescimento de IDEB e reduz a evasão escolar;
- Gera uma unidade no atendimento educacional do ciclo da infância com planejamento pedagógico contínuo;
- Amplia o regime de colaboração entre Estado e municípios; Melhora significativamente a infraestrutura das escolas;
- Possibilita a ampliação da oferta da educação infantil pelos municípios;
- Permite a ampliação do Ensino Médio em Tempo Integral, a expansão da Educação Profissional e a oferta de mais vagas do Ensino Médio diurno.

Benefícios do Projeto Mãos Dadas para os municípios e para a comunidade escolar:

- Disponibilizado o valor aproximado de 500 milhões de reais;
- Melhorias na infraestrutura da rede municipal;
- Garantia das condições adequadas de atendimento à demanda de alunos a ser absorvida;

Os recursos poderão ser utilizados para:

- Construção de escolas e creches Execução de Obras Aquisição de veículos para transporte escolar;
- Aquisição de mobiliário e equipamentos;
- Manutenção e custeio.

Cessão de imóveis aos municípios:

Para a continuidade do atendimento à demanda pela Rede Municipal de Ensino, os prédios de escolas estaduais, que terão a demanda integralmente absorvida pelo município, serão cedidos por meio de convênio, que viabiliza a disponibilidade do imóvel para o início do ano letivo de 2022.

Apoio pedagógico oferecido aos municípios

- Formação Continuada em EAD para os professores da rede municipal e para a equipe técnica das Secretarias Municipais;
- Avaliação diagnóstica para os Anos Iniciais;
- Avaliações externas por meio do SIMAVE - composto pelo PROEB e PROALFA, com resultados consolidados por município;
- Apoio na análise dos resultados das avaliações e elaboração de estratégias.

Garantias aos servidores efetivos do Quadro do Magistério dos Anos Iniciais das escolas estaduais envolvidas

Professores e Especialistas de Educação Básica efetivos poderão ficar em adjunção, no município, com as seguintes garantias:

- Ônus para o Estado;
- Mediante a anuência do servidor;
- Pelo tempo em que permanecer o interesse das partes;

- Garantido todos os direitos e benefícios, incluindo o IPSEMG e aposentadoria, além das promoções e progressões da carreira.

Os servidores efetivos das escolas estaduais absorvidas terão a garantia de permanecer no seu município de lotação.

Garantias aos demais servidores efetivos de escolas estaduais que serão integralmente absorvidas pelo município

- Diretores de escolas: poderão assumir a função gratificada de vice-diretor em outra Escola Estadual, até a realização do próximo processo de escolha, pela Secretaria de Estado de Educação.
- Vice-diretores: manutenção da função de Vice-Diretor em outra Escola Estadual, até a realização do próximo processo de escolha, pela Secretaria de Estado de Educação.
- Secretários de Escola: retornarão para seu cargo de origem, caso possuam cargo efetivo.
- ATB - Assistente técnico de Educação Básica, ASB - Auxiliar de Serviços de Educação Básica, ASE - Assistente de Educação, AEB - Analista de Educação: serão realocados em outra escola estadual no mesmo município ou poderão ser cedidos para o exercício de cargo de provimento em comissão ou função gratificada a ser concedido pelo município, nos termos da Lei nº 15.293, de 05/08/2004.

Formação para os profissionais da Rede Estadual de Ensino

O Estado custeará integralmente cursos de formação complementar (licenciatura e pós-graduação) para os professores efetivos da rede estadual de ensino, visando a valorização e o melhor aproveitamento destes profissionais. Aos diretores de escolas de anos iniciais, que forem absorvidas pelo município, também será custeado, pelo Estado, curso de pós-graduação em gestão educacional.

Servidores convocados/contratados

Os servidores convocados/contratados não terão prejuízo em seu contrato vigente, no caso de adesão do município ao Projeto, uma vez que a transferência da demanda de alunos só será efetivada no próximo ano letivo, ou seja, permanecerão em atividade até o término de seu contrato previsto para o final do ano letivo 2021.

Análise da viabilidade financeira

Razão entre o somatório das receitas e o somatório dos custos calculados no atendimento por aluno/ano. As receitas consideradas são:

- FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - repasse e complementação VAAT
- ICMS - Lei Robin Hood
- QUESE - Quota Estadual do Salário Educação PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

Educação Básica - Novo Ensino Médio.

Os desafios do ensino médio foram endereçados em âmbito nacional por meio da aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular - BNCC e da Lei nº 13.415/2017, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB e prevê diversas modificações na organização e estrutura desta etapa de ensino, compondo o que se convencionou chamar de “Novo Ensino Médio”.

A alteração da legislação traz uma nova concepção de Ensino Médio que, entre outras mudanças significativas, determina que todas as escolas brasileiras de ensino médio têm até

2022 para implementar uma carga horária mínima de 1.000 horas anuais (frente às atuais 800 horas), alterando também a sua composição curricular e sua arquitetura, permitindo uma maior flexibilidade curricular e o aumento da autonomia e da diversidade formativa dos estudantes, a partir da possibilidade de participação em diferentes itinerários formativos.

Em Minas Gerais, o Novo Ensino Médio se iniciou pela elaboração do Currículo de Referência, construído por meio do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (PROBNCC) e homologado pelo Conselho Estadual de Educação no dia 07 de abril, e pelo desenho da arquitetura curricular.

O Currículo Referência do Ensino Médio de Minas Gerais foi elaborado por uma equipe de redatores composta por professores das redes de educação de Minas Gerais, e traz uma série de novidades que visam a tornar essa etapa de ensino mais atraente para os estudantes, colaborando para evitar a evasão e garantir mais qualidade na formação desses jovens. O Currículo Referência é composto pela Formação Geral Básica, que considerará as aprendizagens comuns e obrigatórias definidas pela BNCC, e os Itinerários Formativos, parte do currículo em que ocorrerá a escolha dos alunos em conteúdos que se relacionam com seus interesses, composta por aprofundamento das áreas de conhecimento ou na Formação Técnica e Profissional, Projeto de Vida e Eletivas.

Proposta do Projeto Somar, que pretende implementar a gestão compartilhada de três escolas estaduais de ensino médio com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos

Em 2022, Minas Gerais irá implementar o Novo Ensino Médio para os estudantes do 1º ano do Ensino Médio e, na busca de diferentes estratégias que possam somar à proposta

desenvolvida pela SEE, baseada em um modelo cada vez mais aberto ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) instituiu o Projeto Somar.

O Projeto Somar é uma iniciativa de gestão compartilhada de escolas de ensino médio da rede pública estadual de ensino em parceria com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. O foco do projeto é a melhoria da qualidade do ensino a partir de um novo modelo de gestão e a busca por diferentes estratégias para a implementação do Novo Ensino Médio cada vez mais atrativos para os jovens. Neste primeiro momento, serão três unidades de ensino contempladas no projeto. Essas escolas permanecem públicas e gratuitas, integrante da rede estadual de ensino e com matrículas sob a gestão da SEE/MG. Além disso, as escolas terão como base o Currículo Referência do Ensino Médio de Minas Gerais, continuarão realizando as avaliações internas e externas previstas; e seguirão o calendário escolar da rede e as normativas nacionais e estaduais referente ao acesso e à permanência dos estudantes nas escolas.

O projeto será iniciado em caráter de piloto, em três escolas estaduais. Todas localizadas em Belo Horizonte e Região Metropolitana, ofertam exclusivamente o Ensino Médio e apresentam indicadores educacionais abaixo da média do estado.

As unidades de ensino escolhidas são: Escola Estadual Coronel Adelino Castelo Branco, em Sabará; Escola Estadual Maria Andrade Resende, em Belo Horizonte; e Escola Estadual Francisco Menezes Filho, também localizada na capital mineira. Ao todo, as três unidades de ensino contam com cerca de 2.100 estudantes matriculados. Este primeiro ano da parceria

será um período de transição para a implementação efetiva da proposta, nessas escolas piloto, no ano seguinte.

Educação Superior

Previsão de investimentos nas universidades estaduais e no Hospital Universitário da Unimontes.

As universidades estaduais e fundações ligadas à Educação receberam mais de R\$ 65 milhões da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) para investimentos em infraestrutura, manutenção e desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão e da prestação de serviços. Foram destinados mais de R\$ 35 milhões para a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e mais de R\$ 26 milhões para a Universidade Estadual de Minas Gerais (Uemg).

Os investimentos demonstram o esforço da administração estadual, apesar da situação financeira, em valorizar a educação em todas as suas modalidades. O montante direcionado ao Hospital Universitário Clemente de Faria, em Montes Claros, o único genuinamente público na região e que recebe pacientes de outros estados, mostra o reconhecimento do seu papel e importância para o Norte de Minas.

Unimontes

O reforço já disponibilizado à Unimontes foi de R\$ 30 milhões, suplementação orçamentária que foi publicada na edição de 10 de março do Diário Oficial do Estado. Além desse valor, também está prevista a liberação de outros R\$ 5,6 milhões em recursos financeiros para quitação de restos a pagar do Programa Brasil Profissionalizado.

No Hospital Universitário Clemente de Faria os investimentos contemplam a conclusão dos prédios do Biotério e do Laboratório em Pesquisa em Saúde, além de reforma da UTI NeoNatal e aquisição de um gerador. A Unimontes vai adquirir um mamógrafo de alta definição, um sistema digital de raio-X móvel e incrementará o tratamento de água para o setor de hemodiálise.

Os recursos também serão usados na aquisição de instrumentos cirúrgicos e de máquinas para automatizar a distribuição dos medicamentos no almoxarifado e na farmácia. Com o valor também será possível finalizar obras em curso, como no Centro Tecnológico do campus-sede.

Uemg

Para a Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg), os investimentos serão para reestruturação dos laboratórios de informática, física, química e biologia; modernização do mobiliário das bibliotecas; aquisição de veículos para as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, a verba ainda vai garantir a reforma e revitalização de várias unidades acadêmicas; estruturação das fazendas experimentais; criação das subestações das unidades de Frutal e Ituiutaba e a manutenção da represa da Fazenda Experimental de Passos, entre outras obras.

Os recursos se adequam à política de expansão que a universidade vivencia e ao pleito que vem sendo defendido pela gestão. A universidade aumentou em mais de quatro vezes seu corpo estudantil e expandiu seu número de unidades acadêmicas de 10 para 20 ao longo dos últimos 8 anos, alcançando 16 municípios, em diversas regiões de Minas Gerais.

Fundações

Assim como as universidades, as fundações vinculadas à SEE/MG - Fundação Helena Antipoff e a Fucam - também receberam investimentos que serão utilizados para melhoria da infraestrutura das unidades. Cada uma delas recebe R\$ 2 milhões.

Nomeações de professores aprovados em concursos na UEMG e possibilidade de realização de novos concursos.

Desde a nomeação anunciada pelo Governador no dia 17/06, o corpo docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg) passou a contar com 180 novos professores aprovados como excedentes em concurso público. As nomeações são relativas a concursos anteriores da universidade, de 2014, 2018 e 2019. Nesses casos, todos os classificados no número de vagas previstas no edital foram convocados, mas, com o passar dos anos, alguns professores pediram exoneração de seus cargos, sendo necessária a chamada dos excedentes aprovados. Parte dos docentes já atuava nas unidades acadêmicas da Uemg como designada em cargos temporários, como prevê a Lei 10.254/90, para garantir que o ensino da universidade não fosse prejudicado.

Terceira maior instituição de ensino superior pública do Estado, a Uemg conta com cerca de 24.000 estudantes, sendo 77% de escolas estaduais, e oferece 119 cursos de graduação – ao todo, são 20 unidades presentes em 16 municípios mineiros. Atualmente, são 1.586 professores, sendo 831 efetivos e 755 convocados. Com a complementação, que ainda será publicada no Diário Oficial do Estado, o total de concursados sobe para 1.011. Além disso, também será aberto um novo pleito para contratar 56 docentes para a área médica do campus de Passos, na região Sul.